

HABEAS CORPUS Nº 547.448 - PE (2019/0351456-1)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : ALEXANDRE DE ALMEIDA E SILVA
ADVOGADO : ALEXANDRE DE ALMEIDA E SILVA - PE017915
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : GEFERSON OLIVEIRA PAES (PRESO)
PACIENTE : EDIJAN LEITE VASCONCELOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

EMENTA

HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DO RECURSO PRÓPRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO CONSUMADO E TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. PERICULOSIDADE. RISCO DE REITERAÇÃO. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. *WRIT* NÃO CONHECIDO.

1. O *habeas corpus* não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. Para a decretação da prisão preventiva, é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, mesmo que a decisão esteja pautada em lastro probatório, que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP), demonstrada, ainda, a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.

3. No caso, a prisão preventiva foi mantida pelo Tribunal impetrado em razão da periculosidade dos pacientes, acusados de homicídio qualificado e homicídio qualificado tentado, evidenciada pela gravidade concreta dos fatos e pelo efetivo risco de reiteração delitiva. Segundo as decisões anteriores, o paciente GEFERSON seria o autor dos disparos que ceifou a vida de uma vítima, por erro na execução, tendo em vista que os disparos eram direcionados para a vítima sobrevivente, que obteve ferimentos leves e conseguiu escapar. Consta, ainda, que os crimes ocorreram a mando do paciente EDIJAN, unicamente por não aceitar o envolvimento desta com sua filha.

Ademais, o Tribunal *a quo* consignou que o paciente

Superior Tribunal de Justiça

EDIJAN ostenta ao menos dois processos com sentença condenatória e que ambos os pacientes são alvos de investigação policial, no qual se apura crime de homicídio. Precedentes.

4. *Habeas corpus* não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do pedido. Os Srs. Ministros Ribeiro Dantas, Joel Ilan Paciornik, Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) e Jorge Mussi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 10 de março de 2020(Data do Julgamento)

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator